G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio

O "Novo G20": a revelação de uma agenda ainda mais minimalista

El "Nuevo G20": la revelación de una agenda aún más reducida

The "New G20": the unveiling of an even more minimalist agenda

Resumo. O informe analisa a ativação do site oficial do G20 pela presidência dos Estados Unidos e detalha o cronograma de reuniões divulgado para 2026. O texto examina as prioridades estratégicas da gestão e a estrutura técnica, composta até então por apenas quatro grupos de trabalho, e manifesta preocupação com a exclusão de diversas pautas, como a saúde global, e com a omissão da África do Sul no novo portal.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Oriente Médio; Cooperação Internacional.

Resumen. *El informe analiza el lanzamiento de la página web oficial del G20 por parte de la presidencia estadounidense y detalla el calendario de reuniones publicado para 2026. El texto examina las prioridades estratégicas y el marco técnico de la administración, que hasta ahora solo cuenta con cuatro grupos de trabajo, y expresa su preocupación por la exclusión de diversos temas, como la salud global, y por la omisión de Sudáfrica en el nuevo portal.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Medio Oriente; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The report analyzes the launch of the official G20 website by the U.S. presidency and details the meeting schedule released for 2026. The text examines the administration's strategic priorities and technical framework, which until now consists of only four working groups, and expresses concern over the exclusion of various issues, such as global health, and the omission of South Africa from the new portal.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Middle East; International Cooperation.*

Após três meses de relativa ausência de informações oficiais, o site do G20 sob a presidência dos Estados Unidos foi finalmente colocado no ar, rompendo com o silêncio institucional que marcou o início desta gestão. No entanto, as atividades divulgadas ainda se mostram reduzidas e concentradas em cronogramas específicos, mantendo a percepção de um

ritmo atípico para o primeiro trimestre do ano. Em termos logísticos, o cronograma agora oficializado prevê que o primeiro encontro de ministros de finanças e governadores de bancos centrais ocorra em 16 de abril de 2026 em Washington, à margem das reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. A segunda reunião de *sherpas* está agendada para 29 e 30 de junho, também em Washington, seguida por encontros em Asheville, Carolina do Norte, onde ocorrem a reunião de vice-ministros de finanças em 29 e 30 de agosto e a ministerial de finanças entre 31 de agosto e 1 de setembro. Em outubro, a agenda prevê a terceira reunião de *sherpas* em Washington nos dias 1 e 2, além de uma nova ministerial de finanças em Bangkok no dia 15 de outubro. O ciclo será encerrado com a quarta reunião de *sherpas* nos dias 11 e 12 de dezembro e a Cúpula de Líderes em Miami nos dias 14 e 15 de dezembro de 2026.

A estrutura digital agora disponível confirma a intenção do governo norte-americano de restaurar o fórum à sua "missão original", com foco estrito na promoção do crescimento econômico e da prosperidade global por meio de resultados práticos e simplificados. Como se descreve no site oficial: "Esta presidência tem como foco soluções práticas, resultados concretos e uma liderança americana que promova prosperidade, segurança e força, tanto no país quanto em todo o mundo". Essa reorientação para uma ortodoxia macroeconômica busca distanciar o G20 das pautas transversais e sociais que foram o centro das atenções durante o ciclo de lideranças do Sul Global encerrado pela África do Sul no ano passado.

Como adiantamos em informes anteriores, a estratégia de Washington para 2026 está alicerçada em três eixos temáticos que orientam as reformas propostas para o grupo. O primeiro pilar foca na remoção de encargos regulatórios para alavancar o crescimento e promover uma governança eficiente e transparente, permitindo maior investimento e competição para as empresas. Nesse sentido, os Estados Unidos estabeleceram como pontos centrais a redução de barreiras regulatórias que limitam o investimento e a promoção de políticas que fortaleçam a competitividade nacional, a produtividade e a criação de empregos. O foco desta iniciativa é implementar reformas práticas que apoiem a expansão econômica respeitando sempre a soberania nacional e a independência das políticas de cada Estado-membro para garantir resultados que facilitem a inovação e o investimento global.

Adiante, o segundo eixo busca promover cadeias de suprimento de energia acessíveis e seguras como base indispensável à segurança nacional e ao desenvolvimento. A agenda norte-americana prioriza a independência energética e a resiliência das cadeias produtivas, visando expandir o acesso a fontes confiáveis e fortalecer a segurança dos Estados Unidos e de seus parceiros globais para garantir que essas fontes atendam à demanda mundial. Os resultados esperados para este eixo incluem a garantia de mercados estáveis e o fomento à resiliência econômica, com a intenção de assegurar a prosperidade a longo prazo por meio de princípios pragmáticos de abundância e de adição energética.

Por fim, a terceira prioridade concentra-se no pioneirismo em inovações de inteligência artificial e em tecnologias emergentes para desbloquear os benefícios do avanço digital e acelerar o desenvolvimento tecnológico. Os Estados Unidos buscam avançar com políticas pró-inovação para acelerar a adoção de novas tecnologias e fortalecer as cadeias de suprimentos. As ações coordenadas neste campo visam impulsionar o crescimento econômico e a capacitação de talentos tecnológicos, enquanto protegem simultaneamente a segurança e a privacidade, bem como os direitos de propriedade intelectual. O objetivo final é liberar o potencial tecnológico para oferecer benefícios tangíveis tanto para pessoas quanto para empresas, fortalecendo a segurança global. De certa forma, pode-se dizer que essas três prioridades

refletem uma visão de governança que privilegia a soberania nacional e a independência de políticas em oposição ao modelo de interdependência coletiva defendido através da filosofia Ubuntu na gestão sul-africana.

Para operacionalizar esses objetivos, a presidência anunciou a utilização, até então, de apenas quatro grupos de trabalho, o que representa um afunilamento drástico da agenda tradicional do bloco. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho de Comércio atuará para lidar com práticas desleais e barreiras que distorcem a economia global, buscando restaurar o equilíbrio nas relações comerciais através de uma ordem baseada na reciprocidade e na justiça, citando as ações adotadas pelo governo Trump como exemplo.

O Grupo de Trabalho de Crescimento e Desregulamentação priorizará a modernização regulatória e a transparência da dívida, além de fomentar um ecossistema seguro para ativos digitais e pagamentos transfronteiriços, incluindo o combate à fraude e a promoção da literacia financeira. A facilitação da reestruturação da dívida para os países é mencionada apenas quando e se necessário.

O Grupo de Trabalho de Inovação, por sua vez, buscará reunir parceiros para moldar o futuro do crescimento tecnológico e identificar princípios compartilhados que promovam marcos regulatórios soberanos para a inovação em padrões e cadeias de suprimento.

Por fim, o Grupo de Trabalho de Abundância Energética promoverá reformas de licenciamento e produção de mercado para reduzir custos aos consumidores e acelerar o desenvolvimento de infraestrutura, fortalecendo a resiliência global através de princípios pragmáticos de segurança e acessibilidade. É importante destacar que a presidência convida o G20 a adotar uma abordagem em que cada nação escolha seu próprio “mix energético”, desde que esteja comprometida com os princípios de segurança, abundância, adição e acessibilidade. Essa postura sinaliza um claro distanciamento das discussões sobre energias limpas e sustentáveis que protagonizaram as gestões anteriores, permitindo que cada país utilize as fontes que desejar em detrimento de uma transição energética coordenada globalmente.

Sendo assim, a redução do escopo temático para focar exclusivamente na produtividade financeira e tecnológica sinaliza que pautas como saúde global e mudanças climáticas podem ser definitivamente paralisadas. Essa transição para uma agenda restrita é acompanhada por sinais simbólicos de tensão diplomática, como a omissão da bandeira da África do Sul na seção de membros oficiais do novo site do G20. Esse detalhe reitera a postura punitiva de Washington em relação a Pretória e aprofunda o cenário de fragmentação que levou o governo sul-africano a anunciar uma pausa em suas atividades no fórum. Diante dessa conjuntura de exclusões e de uma agenda oficial que ainda não deixa claro se outros grupos de trabalho serão estabelecidos, os rumos da governança global permanecem incertos, dependendo da capacidade de resistência dos membros que ainda defendem os princípios de representatividade e decisão por consenso estabelecidos na fundação do grupo.

Os países convidados para a Cúpula de acordo com o site oficial do G20 agora são: Azerbaijão, Finlândia, Irlanda, Cazaquistão, Países Baixos, Noruega, Catar, Singapura, Espanha, Emirados Árabes e Uzbequistão.

Referências

G20. Official Website of the G20 Presidency of the United States. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://g20.org/. Acesso em: 16 mar. 2026.

LINDSAY, James; SIDIROPOULOS, Elizabeth. The US G20 Presidency: A narrow agenda in 2026. South African Institute of International Affairs, [S. l.], 19 dez. 2025. Disponível em: https://saiia.org.za/research/the-us-g20-presidency-a-narrow-agenda-in-2026/. Acesso em: 2 mar. 2026.

REUTERS. South Africa vows not to bend to US pressure after G20 snub. **Reuters**, [S. l.], 4 dez. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/south-africa-will-take-break-g20-under-trump-presidency-says-2025-12-04/. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. US to host G20 finance meeting in North Carolina in August-September, Treasury Dept says. Reuters, [S. l.], 19 fev. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/us/us-host-g20-finance-meeting-north-carolina-august-september-treasury-dept-says-2026-02-19/. Acesso em: 2 mar. 2026.

O G7 discute os impactos econômicos da guerra no Oriente Médio

El G7 discute los impactos económicos de la guerra en Medio Oriente

G7 discusses the economic impacts of the war in the Middle East.

Resumo. Os recentes encontros do G7 focaram nas consequências econômicas da guerra no Oriente Médio, incluindo segurança energética, estabilidade dos mercados e liberdade de navegação. Os líderes coordenaram ações como a liberação histórica de reservas estratégicas de petróleo pela AIE. Paralelamente, análises indicam possíveis convergências entre G7 e G20 em temas como desequilíbrios econômicos, ajuda ao desenvolvimento e minerais críticos.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Oriente Médio; Cooperação Internacional.

Resumen. *Las recientes reuniones del G7 se centraron en las consecuencias económicas de la guerra en Medio Oriente, incluyendo la seguridad energética, la estabilidad de los mercados y la libertad de navegación. Los líderes coordinaron acciones como la liberación histórica de reservas estratégicas de petróleo por parte de la AIE. Paralelamente, análisis indican posibles convergencias entre el G7 y el G20 en temas como desequilibrios económicos, ayuda al desarrollo y minerales críticos.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Medio Oriente; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The recent G7 meetings focused on the economic consequences of the war in the Middle East, including energy security, economic stability, and freedom of navigation. Leaders coordinated actions such as the historic release of strategic oil reserves by the IEA. At the same time, analyses point to possible convergence between the G7 and the G20 on issues such as global economic imbalances, development aid, and critical minerals.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Middle East; International Cooperation.*

Os Ministros das Finanças do G7 se reuniram virtualmente em 09 de março com os chefes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Grupo Banco Mundial (GBM), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Agência Internacional de Energia (AIE). Entre as prioridades do encontro estavam: discutir sobre o atual conflito no Oriente Médio, o impacto para a estabilidade regional, para as condições econômicas

globais e para os mercados financeiros, bem como a importância de rotas comerciais seguras (FRANCE, 2026a).

Os líderes declararam que vão continuar o monitoramento da situação e os desdobramentos nos mercados de energia. Enquanto grupo, afirmaram que vão se reunir quando necessário para trocar informações e coordenar ações. Essas ações, segundo o comunicado, se limitariam ao apoio ao abastecimento global de energia com a liberação de estoques estratégicos (FRANCE, 2026a). O Japão e a França impulsionaram o debate das liberações coordenadas de estoques com a AIE, com o Japão assumindo a liderança sem esperar uma decisão formal da agência posto que depende fortemente do petróleo advindo do Oriente Médio (RFI, 2026).

Essa reunião seguinte veio no dia 11 de março, quando as lideranças de maior escalão dos países que fazem parte do G7 se encontraram via videoconferência para discutir sobre as consequências econômicas da guerra no Oriente Médio. Os líderes concordaram em estabelecer uma coordenação para preparar a restauração da liberdade de navegação na região. Discutiram a possibilidade de escolta de embarcações em condições de mínima segurança para tal. Isso se daria via diálogo com as companhias de navegação, operadores de transporte e seguradoras (FRANCE, 2026b). Segundo Emmanuel Macron, o estreito de Hormuz onde hoje passa cerca de um quinto do abastecimento mundial de petróleo, estaria sendo feito de "teatro de guerra." (EURONEWS, 2026).

As lideranças deram boas-vindas ao tão esperado anúncio da AIE de liberar até 400 milhões de barris de reservas estratégicas em etapas, sendo 14,5 milhões de barris das reservas estratégicas francesas (REUTERS, 2026). Segundo *The Wall Street Journal* essa seria a maior liberação de reservas de petróleo da história da AIE para conter a forte alta dos preços do petróleo bruto provocada pela guerra. Antes disso, em 2022, a agência havia liberado 182 milhões de barris de petróleo durante a invasão de Putin à Ucrânia, informou o jornal. A AIE possui sede em Paris e foi criada para coordenar respostas a grandes interrupções no fornecimento após a crise de 1973. Para garantir a segurança energética, a AIE exige que seus membros mantenham estoques emergenciais equivalentes a pelo menos 90 dias de importações de petróleo (FRANCE 24, 2026).

Ainda, aproveitaram a oportunidade para incentivar o aumento da produção de energia em países capazes de substituir capacidades interrompidas e pedem que se evite qualquer restrição às exportações. De forma a estimular o multilateralismo, concordaram em estabelecer coordenação entre os países membros do G7 e as economias do Golfo em relação às consequências econômicas da guerra no Oriente Médio (FRANCE, 2026b).

Segundo a Reuters (2026), no encontro, Emmanuel Macron afirmou que "hoje é evidente para todos que objetivos militares e políticos desse conflito precisam ser definidos." Ainda, falou sobre ter havido uma subestimação das capacidades do Irã: "Já houve danos consideráveis às capacidades balísticas e militares do Irã, mas ele continua atacando vários países da região e, portanto, suas capacidades não foram reduzidas a zero". Na ocasião, Macron cobrou de Trump que esclareça os objetivos do conflito: "Assim, caberá ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, esclarecer tanto seus objetivos finais quanto o ritmo que deseja imprimir às operações", afirmou o presidente francês (tradução livre).

Pouco foi divulgado sobre a diversidade de tópicos desse encontro. Ao que tudo indica, as lideranças deram ênfase nos aspectos econômicos em detrimento ao fato de que cerca de 2.000 vidas foram perdidas e outras milhares estão sendo impactadas (G1, 2026).

Já no que tange ao conflito Rússia x Ucrânia, os líderes do G7 reafirmaram sua unidade na manutenção das sanções contra a Rússia. Declararam comprometimento no monitoramento e vigilância dos impactos e tensões que afetam a distribuição de combustíveis, gás e fertilizantes, visto que são uma preocupação central para os agricultores e para a segurança alimentar global, além de preocupar demais cidadãos com o aumento no preço dos combustíveis (FRANCE, 2026b). Também destacaram que a situação eleva a importância de uma agenda de interdependência energética e eletrificação a fim de reduzir a dependência dos choques geopolíticos (FRANCE, 2026b).

Saindo da esfera dos encontros do G7, vale trazer para este informe uma análise interessante sobre possíveis pontes entre o G7 e o G20 frente a presidências com personalidades tão distintas. Agathe Demarais, pesquisadora sênior de políticas públicas no Conselho Europeu sobre Relações Exteriores, destaca três áreas possíveis para convergência entre Paris e Washington, apesar das prioridades da presidência estadunidense serem desregulamentação, combustíveis fósseis e inteligência artificial. Esses três pontos seriam: o combate aos desequilíbrios econômicos globais, ajuda ao desenvolvimento e acesso a minerais críticos (DEMARAIS, 2026).

Quanto ao combate de desequilíbrios econômicos globais, Demarais (2026) traz a possível convergência no que tange a ambas as presidências objetivarem frear a crescente dominação chinesa sobre a manufatura dos bens de consumo. Além disso, segundo a analista, os Estados Unidos são a favor de incentivar que Europa, Austrália e Japão captem o público consumidor chinês. Portanto, enfrentar desequilíbrios globais se encaixaria na agenda estadunidense na ideia de promoção de segurança econômica e redução da dependência da China no fornecimento de bens críticos. No entanto, na prática, a pesquisadora reconhece os desafios. Primeiro, um eventual acordo comercial entre EUA e China poderia desfazer a prioridade francesa no G7, a depender dos setores internos afetados. Segundo, haveria dificuldade de Trump em aceitar uma redução de desequilíbrios que colocasse os EUA numa posição de redução do consumo ou investimento doméstico para diminuir o déficit comercial (DEMARAIS, 2026).

No entanto, Demarais (2026) oferece uma saída para manter o envolvimento dos EUA: focar em propostas que fortaleçam a segurança econômica estadunidense. Uma delas seria o mercado de semicondutores, o qual a China controla um terço da oferta global. Propostas do G7 para produção de chips poderia atrair o interesse dos EUA. A segunda proposta seria no âmbito do setor farmacêutico, onde empresas chinesas controlam metade da oferta mundial de alguns insumos essenciais. Iniciativas francesas para mapear gargalos nas cadeias de suprimento também poderiam interessar aos EUA e abrir espaço para cooperação com membros do G20, como a Índia (DEMARAIS, 2026).

Quanto à ajuda ao desenvolvimento, apesar de contraditório com os cortes de orçamento da USAID e outros programas de financiamento internacional, a pesquisadora encontra brechas para possíveis pontos de convergência. Demarais (2026) enxerga possibilidades quando a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA insinua que as economias ocidentais não têm um plano coerente para usar seus orçamentos robustos para ajuda em países em desenvolvimento onde a China avança rapidamente (América Latina, Sudeste Asiático e África). Para a pesquisadora, isso abre oportunidade para que a França crie a ponte com os EUA na criação de um mecanismo financeiro para contrabalançar investimentos chineses nessas regiões. Para atrair os EUA, a proposta poderia focar em setores prioritários para empresas americanas, como infraestrutura 5G, inteligência artificial e semicondutores, além de utilizar

instrumentos já existentes, como garantias de crédito à exportação ou empréstimos para desenvolvimento em vez de novos recursos financeiros (DEMARAIS, 2026). Para a pesquisadora, "em um contexto de competição geoeconômica global, apresentar a ajuda ao desenvolvimento como instrumento estratégico pode ter mais impacto em Washington do que apelos tradicionais de solidariedade" (DEMARAIS, 2026).

O terceiro e último possível ponto de convergência seria no acesso a minerais críticos. Apesar de parecer um grande alinhamento EUA-FRA, a abordagem de Trump é mais voltada para "*America First*" e a priorização de acordos exclusivos para empresas americanas, vis-à-vis recente acordos com Camboja e Tailândia. A sugestão da pesquisadora é o estabelecimento de padrões obrigatórios de produção para minerais críticos extraídos em território do G7 ou usados em cadeias de suprimento do grupo, inclusive por meio de compras públicas. Esse trabalho já vinha sendo proposto pela presidência canadense do G7, sem a característica da obrigatoriedade. Novas regras poderiam garantir a demanda por minerais produzidos no G7, incentivando investimentos privados. Um passo seguinte poderia ser criar estoques estratégicos de minerais críticos administrados pelo G7, inspirados em planos dos EUA de formar estoques nacionais (DEMARAIS, 2026).

Em suma, Demarais (2026) acredita que basta que os EUA não bloqueiem iniciativas para que tenha algum alinhamento possível entre G7 e G20. O desafio, para a pesquisadora, será apresentar as propostas do G7 não como restrições à liberdade estadunidense, mas como multiplicadores de força na competição geoeconômica global que os próprios EUA decidiram enfrentar.

A análise pragmática da pesquisadora é interessante para trazermos diferentes perspectivas. No entanto, enfatiza um certo paternalismo em manter as economias emergentes fora da órbita chinesa, perpetuando uma dependência estadunidense e europeia. A partir desse olhar norte-centrado, a coordenação entre Europa e Estados Unidos continua sendo o eixo organizador da governança econômica global mesmo em um contexto em que outros atores vêm desenhando suas próprias iniciativas, como formuladores centrais ao invés de meros parceiros. Isso fica evidenciado no tópico sobre ajuda ao desenvolvimento, em que a África, América Latina e Sudeste Asiático são vistos como espaços de disputa entre grandes potências, e não necessariamente como agentes autônomos com agendas próprias de desenvolvimento.

Referências

DEMARAIS, Agathe. Calling Paris and Washington: three areas for G7-G20 collaboration in 2026. European Council on Foreign Relations, 5 fev. 2026. Disponível em: https://ecfr.eu/article/calling-paris-and-washington-three-areas-for-g7-g20-collaboration-in-2026/ . Acesso em: 15 mar. 2026.

EURONEWS. France's Macron opposed to lifting sanctions against Russia. 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/03/11/frances-macron-opposed-to-lifting-sanctions-against-russia . Acesso em: 15 mar. 2026.

FRANCE. G7 Finance Ministers' Communiqué. Paris, 9 mar. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/03/09/g7-finance-ministers-communique . Acesso em: 15 mar. 2026.

FRANCE. Statement by the G7 Presidency. Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/03/11/statement-by-the-g7-presidency-1 . Acesso em: 15 mar. 2026.

FRANCE 24. G7 energy ministers ‘ready’ to take ‘necessary measures’ on oil reserves. Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.france24.com/en/live-news/20260311-g7-energy-ministers-ready-to-take-necessary-measures-on-oil-reserves . Acesso em: 15 mar. 2026.

G1. Quantas pessoas morreram na guerra entre EUA, Israel e Irã? G1, 14 mar. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/03/14/quantas-pessoas-morreram-guerra-eua-israel-ira.ghtml . Acesso em: 15 mar. 2026.

REUTERS. G7 agreed to maintain sanctions against Russia, says Emmanuel Macron. Reuters Connect, Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.reutersconnect.com/item/g7-agreed-to-maintain-sanctions-against-russia-says-macron/dGFnOnJldXRlcnMuY29tLDIwMjY6bmV3c21sX1ZBMzA5MTExMDMyMDI2UlAx . Acesso em: 15 mar. 2026.

RFI. France backs emergency release of oil reserves as supply fears grow. Paris, 11 mar. 2026. Disponível em: https://www.rfi.fr/en/international/20260311-france-backs-emergency-release-of-oil-reserves-as-supply-fears-grow . Acesso em: 15 mar. 2026.

Dívida global e políticas públicas no panorama da OCDE

Global Debt and Public Policy in the OECD Outlook

La deuda mundial y las políticas públicas en el contexto de la OCDE

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre a nova publicação derivada de sua pesquisa sobre dívida global, um estudo sobre parceria público-privada no Brasil e outro sobre proteção financeira contra riscos catastróficos e a atualização de dois dos seus índices estatísticos sobre economia mundial.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Oriente Médio; Cooperação Internacional.

Resumen*. Entre los aspectos más destacados de la OCDE se encuentran una nueva publicación derivada de su investigación sobre la deuda mundial, un estudio sobre las asociaciones público-privadas en Brasil y otro sobre la protección financiera frente a riesgos catastróficos, así como la actualización de dos de sus índices estadísticos sobre la economía mundial.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Medio Oriente; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights include a new publication based on its research on global debt, a study on public-private partnerships in Brazil, a study on financial protection against catastrophic risks, and updates to two of its statistical indices on the global economy.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Middle East; International Cooperation.*

Durante o intervalo entre a segunda quinzena do mês de fevereiro e a primeira do mês de março de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou o documento intitulado *“Global Debt Report 2026: Sustaining Debt Market Resilience Under Growing Pressure”*, a terceira edição de publicação produzida a partir de sua pesquisa e monitoramento sobre a dívida mundial onde examina os mercados de títulos soberanos, corporativos e sustentáveis, além de fornecer percepções sobre as condições atuais

do mercado e considerações políticas associadas, incluindo possíveis riscos à estabilidade financeira.

De acordo com o novo relatório de 2026, os mercados globais de dívida mantiveram-se resilientes em 2025, em meio a tensões geopolíticas, disputas comerciais e riscos para as perspectivas de crescimento, com governos e empresas contraindo empréstimos no valor recorde histórico de 27 trilhões de dólares. Identificou-se também os baixos níveis de volatilidade, além de melhoria da liquidez e margens corporativas em níveis quase históricos de baixa em todo o mercado global de títulos de dívidas, que totaliza U$ 109 trilhões e representa atualmente 93% do produto interno bruto mundial, ante 81% registrado em 2015. No entanto, mudanças na base de investidores parecem estar transformando esse mercado.

Assim, o estudo projeta que os empréstimos aumentarão ainda mais ao longo de 2026, com uma estimativa de US$ 29 trilhões, impulsionados pelas crescentes necessidades de financiamento soberano e pelo aumento do uso dos mercados de dívida pelo setor corporativo. Além disso, indica que as mudanças significativas na base de investidores do mercado de títulos, notadamente o papel crescente de investidores mais sensíveis aos preços e alavancados, estão fornecendo a liquidez necessária, porém os mesmos podem tornar os mercados mais vulneráveis a choques. Observa também que governos e empresas têm direcionado suas emissões para prazos mais curtos a fim de mitigar o impacto do aumento das taxas de juros de longo prazo, o que aumenta também os riscos de refinanciamento – e tais ameaças, adverte, devem ser cuidadosamente gerenciadas para a garantia que os mercados de títulos soberanos e corporativos continuem a fornecer financiamento estável a governos e empresas. Esse ponto é especialmente relevante, pois eles devem desempenhar um papel cada vez maior no financiamento de investimentos em inteligência artificial e gastos em defesa, em um momento em que as decisões sobre política monetária, dívida pública e alocação de ativos dos fundos de pensão estão sob pressão crescente.

O relatório deste ano avalia ainda que empresas de tecnologia estão se preparando para se tornarem emissores cada vez maiores nos mercados de dívidas, à medida que mudam seu modelo de financiamento, passando de caixa gerado internamente para financiamento externo, visando financiar a expansão da inteligência artificial – que exige um alto investimento de capital, principalmente em *data centers*. A exemplo, em 2025, nove grandes empresas, conhecidas como “hiperescaladores”, captaram um total de US$ 122 bilhões nos mercados de títulos, representando quase metade de todas as emissões de empresas de tecnologia no mundo.

É interessante destacar que o estudo sugere que a transformação da inteligência artificial está prestes a se tornar um grande evento de financiamento nos mercados globais nos próximos anos, possivelmente direcionando os mercados de dívida para uma maior concentração, semelhante aos desenvolvimentos observados nos mercados de ações nos últimos anos. Somente as nove empresas de hiperescala projetaram um gasto de capital acumulado de US$ 4,1 trilhões para o período de 2026 a 2030, cerca de 35% a mais do que o gasto de capital total de todas as empresas não financeiras dos EUA em 2025. Se metade desses investimentos fosse financiada por meio do mercado de títulos, tais empresas irão representar 15% da emissão média histórica global anual de títulos emitidos por entidades não financeiras.

Em paralelo, a OCDE permaneceu a continuamente adicionar ao longo do período de análise deste informe diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu já robusto acervo

e biblioteca virtual, sendo, dentre tal mundo de recentes acréscimos, outras duas interessantes pesquisas, recursos e documentos de assuntos variados são aqui destacadas.

A primeira delas é o documento *"Promoting public-private collaboration through the SDGs in Paraná, Brazil"*. Publicado em inglês, o *policy paper* analisa e fornece orientações sobre como o estado brasileiro Paraná poderia aproveitar melhor e otimizar as parcerias público-privada para enfrentar seus desafios de desenvolvimento sustentável e alcance dos objetivos traçados a partir da agenda da ONU para 2023 em setores de saúde, mudanças climáticas, desigualdade e segurança, ao passo que também reduziria barreiras estruturais ao acesso ao financiamento e auxiliar a mitigar riscos dos investimentos sustentáveis.

O segundo destaque é o relatório *"Financial Protection Against Catastrophic Risks: Floods, Fires and Other Major Risks"*, que explora o papel dos governos, dos órgãos reguladores do setor de seguros e do próprio setor no fortalecimento da capacidade do mercado de seguros e na melhoria da resiliência financeira. O documento fornece então uma estrutura para avaliar a necessidade de proteção financeira apoiada pelo governo, identificando opções de políticas para tal avaliação, analisando também as repercussões do aumento das perdas causadas por incêndios florestais e como ampliar a cobertura desse risco, além de avaliar como a concepção de programas de seguro contra riscos de inundações pode promover uma ampla cobertura, mitigar riscos fiscais e contribuir para a redução de riscos.

Por fim, a OCDE ainda apresentou durante o período da quinzena atualizações de seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais, atualizando dois dos seus principais índices de análise econômica internacional.

O primeiro deles é em relação ao estudo e acompanhamento da organização internacional do consumo e inflação mundial com o *Consumer Price Index* (Índice de Preços ao Consumidor, em tradução livre), com dados agora referentes ao mês de janeiro de 2026. O resultado das mensurações aponta que a taxa anual de inflação geral ao consumidor dos países que integram a OCDE diminuiu para 3,3% no início do ano ante os 3,6% observados ainda em dezembro de 2025. A inflação geral diminuiu em 22 dos 35 países da OCDE com dados disponíveis, permaneceu estável ou praticamente estável em 8 e aumentou em apenas 5. Em comparação com o cenário de dezembro de 2025, o número de países do grupo com inflação igual ou inferior a 2% subiu de 9 para 15. A organização também expõe que, apesar da recente desaceleração da inflação geral, os níveis médios de preços na OCDE foram 35,6% mais altos em janeiro de 2026 do que em dezembro de 2019, antes do início da pandemia de Covid-19.

A inflação relacionada aos preços da energia na OCDE recuou 2,1 pontos percentuais em janeiro de 2026, atingindo -0,6% – seu primeiro valor negativo desde maio de 2025. A inflação de alimentos também diminuiu em 0,2 pontos percentuais. Todavia, mesmo com tais quedas registradas em janeiro, os níveis dos preços de energia e de alimentos subiram 40,8% e 47,5%, respectivamente, desde dezembro de 2019. Já a inflação subjacente (ou seja, a inflação menos alimentos e energia) na OCDE permaneceu amplamente estável no período.

No que diz respeito à inflação anual na área do G7, foi observado que a mesma recuou para 2,1%, após o registro de 2,4% no mês anterior. Na zona do euro, a inflação anual medida pelo *Harmonised Index of Consumer Prices* (HICP, na sigla em inglês), recuou ainda mais para 1,7%, ante 2,0% em dezembro. No G20, a inflação geral anual diminuiu para 3,4% em janeiro, após os 3,6% de dezembro.

O outro índice econômico atualizado na primeira quinzena de março foi a pesquisa da organização sobre as taxas de emprego e desemprego mundial, que indicou que a taxa de desemprego dos países que compõem a OCDE se manteve estável em 5,0% em janeiro de 2026, confirmando a continuidade no padrão de permanecer em tal patamar ou ligeiramente abaixo do mesmo desde abril de 2022. Em comparação com dezembro de 2025, a taxa de desemprego continuou estável na maior parte dos países da OCDE para os quais havia dados disponíveis (18 dos 33), com registro de queda em 11 e alta em 4. Ademais, a Finlândia foi o único país da OCDE a apresentar uma taxa de desemprego de dois dígitos, enquanto a taxa espanhola caiu para menos de 10% pela primeira vez desde março de 2008.

Referências

OECD. With pressures rising in global debt markets, maintaining resilience will require sound public finances, strong institutions and policies that support growth and innovation. OECD [Internet]. 2026 Mar 04 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/with-pressures-rising-in-global-debt-markets-maintaining-resilience-will-require-sound-public-finances-strong-institutions-and-policies-that-support-growth-and-innovation.html.

OECD. Global Debt Report 2026: Sustaining Debt Market Resilience Under Growing Pressure. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/e9d80efd-en.

OECD. Promoting public-private collaboration through the SDGs in Paraná, Brazil. OECD Regional Development Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/b14a601c-en.

OCDE. Financial Protection Against Catastrophic Risks: Floods, Fires and Other Major Risks. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://doi.org/10.1787/32a3acd7-en.

OECD. OECD headline inflation slows in January 2026, yet prices are almost 36% above pre-COVID-19 levels. OECD [Internet]. 2026 Mar 11 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/03/consumer-prices-oecd-updated-11-march-2026.html.

OECD. OECD unemployment rate remains stable at 5.0% in January 2026. OECD [Internet]. 2026 Mar 12 [cited 2026 Mar 14]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2026/03/unemployment-rates-updated-march-2026.html.